

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**25 a 27
Nov
2017**

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Emoção ao lembrar de demissões

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), desembargador Annibal de Rezende Lima, ficou emocionado ao lembrar das demissões que precisou fazer para atender à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Annibal fica no cargo até o dia 11, quando será substituído pelo desembargador Sérgio Gama.

“Perdemos em 2016, por força dessa lei, mais de 150 servidores, muitos dos quais haviam estabelecido laços de amizade. Mas não tínhamos como deixar de cumprir a lei”, disse o presidente, segurando as lágrimas.

O presidente do TJ-ES lembrou que assumiu o cargo com gastos com pessoal correspondiam a 6,3% da Receita Corrente Líquida (RCL) — acima do limite permitido por lei, que é de 6%.

“Dois meses antes do prazo final, conseguimos baixar o gasto para 5,98% e tenho a expectativa de entregar ao próximo presidente do TJ-ES, desembargador Sérgio



ANNIBAL fica à frente do Tribunal de Justiça até o próximo dia 11

Teixeira Gama, gastando algo em torno 5,61% ou 5,62% da arrecadação total para permitir que no próximo biênio ele possa realizar tudo aquilo que não pude fazer”, concluiu Annibal.

O governador Paulo Hartung (PMDB) elogiou o trabalho de An-

nibal. “Não lembro de um presidente de Tribunal de Justiça que tenha administrado o Tribunal com tanta restrição orçamentária como o presidente Annibal. Vamos ficar de pé e bater palmas para esse trabalho bonito que Annibal está encerrando nos próximos dias”.

Sérgio Gama já se prepara para comandar o Tribunal

O atual presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES) e futuro presidente do Tribunal de Justiça (TJ-ES), desembargador Sérgio Gama, informou que deverá fazer mudanças na equipe de assessores do Tribunal.

“Vou levar alguns assessores, manter alguns que o desembargador Annibal tem e estou estudando a minha assessoria. Vou procurar acertar e ter ao meu lado os melhores”, afirmou Gama.

O desembargador também disse ser a favor do fim do foro privilegiado, que está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF).

“Eu me manifesto totalmente favorável ao fim da prerrogativa de função. Tomara que o Supremo conclua logo isso, porque se isso ocorrer vai reduzir de forma gigantesca o número de demandas que tem no Supremo e nós vamos ter uma resolução mais rápida das demandas”.

SUBSTITUIÇÃO

Os presidentes do TJ-ES e TRE-ES ficam no cargo até o dia 11 de dezembro. Neste dia, Annibal de Rezende Lima, que hoje comanda o TJ-ES, passa a comandar o TRE-ES, e Sérgio Gama, que está à frente do TRE, vai para o TJ-ES.

Os futuros presidentes foram definidos no dia 5 de outubro.



GAMA fará mudanças na equipe



HARTUNG aplaude inauguração de obra da Justiça: governador criticou a defesa do benefício por parlamentares

“Não é hora de discutir 13º para vereador”

Um dia após **A Tribuna** divulgar o mapa das câmaras que pagam ou querem conceder o benefício, Hartung disse faltar consciência

Giordany Bossato
Vitor Carletti

O governador Paulo Hartung (PMDB) criticou a liberação do 13º salário para vereadores no momento em o País vive uma grave crise econômica. Durante a inauguração do Centro Avançado dos Juizados da Infância e da Juventude de Vitória, ontem, ele disse que não é o momento para discutir esse assunto.

“Não é hora para se discutir questões como essa. Se quem está

na liderança não der o exemplo, as pessoas não vão compreender. Temos de ter consciência para tirar o País do buraco”, disse Hartung.

A fala ocorre um dia após **A Tribuna** divulgar com exclusividade o mapa das câmaras que pagam ou querem conceder o benefício.

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, em fevereiro, que é constitucional vereadores, prefeitos e vice-prefeitos receberem 13º.

As câmaras de Anchieta, Atilio Vivacqua e Santa Maria de Jetibá já realizam o pagamento. Nas de Barra de São Francisco, Guaçuí, Governador Lindenberg, Iconha e Ponto Belo há legislação aprovada

permitindo o benefício.

Os legislativos de Aracruz, Baixo Guandu, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim e Santa Teresa aguardam manifestação do TC-ES sobre o tema. Se os 858 vereadores capixabas passarem a receber o 13º, serão mais de R\$ 4,4 milhões destinados a esse fim.

O presidente da Câmara de Barra de São Francisco, Jonciclé Honório (PMDB), aguarda parecer do tribunal. “Eu até concordo com o governador devido ao momento financeiro, mas quem dá a decisão é o tribunal, e não o governador.”

Procurado, o Tribunal de Contas informou que já havia liberado o pagamento do 13º a vereadores, desde que as câmaras aprovassem lei específica para próxima legislatura, as despesas estejam dentro da receita e que as gestões municipais decidam se o referido pagamento é ou não prioridade.

“Quem está na liderança tem de dar bons exemplos”

Paulo Hartung, governador

Corregedor inaugura centro de infância e juventude em Vitória

O Corregedor Nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, inaugurou nesta sexta-feira (24) o Centro Avançado dos Juizados da Infância e Juventude de Vitória.

Noronha parabenizou o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) pela iniciativa, que oferece melhores condições de trabalho para juízes e servidores e mais conforto para o atendimento dos jurisdicionados. “Esta obra trata do ponto mais sensível do Brasil, pois cuida do homem do futuro. Se pudéssemos dar um nome a este centro, seria a casa onde se constrói o cidadão do amanhã”, disse.

O corregedor ressaltou ainda a importância do Poder Judiciário na concretização de políticas públicas para a área da infância e juventude. “O país só se desenvolverá se cuidar de suas crianças. Pensando nisso, na Corregedoria Nacional temos procurado fazer o possível para sair do discurso e colocar em prática ações que permitam a inclusão e a recuperação de crianças e adolescentes”, disse.

A solenidade contou com a presença do presidente do TJES, desembargador Annibal de Rezende, da supervisora dos Juizados da Infância e da Juventude, desembargadora Eliana Junqueira, do diretor do Foro de Vitória, juiz Marcelo Menezes Loureiro, da senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), entre outras autoridades.

Juridiquês se torna obstáculo ao direito

Linguagem da Justiça divide opiniões até entre magistrados

Textos complicados, com expressões em latim e palavras quase impronunciáveis. Algumas decisões do Poder Judiciário, que tem o dever de atender igualmente a qualquer cidadão, ainda dificultam o conhecimento e acesso da população a seus direitos e deveres com o uso exagerado do que chega a ser conhecido como “juridiquês”.

O assunto divide opiniões entre os profissionais do Direito, que entendem a necessidade de simplificar a linguagem, mas também defendem o uso de termos técnicos e do latim como ferramenta argumentativa.

Na perspectiva do juiz Rafael Murad, os atores do Direito escrevem para seus pares. “Trabalhamos com o convencimento. O advogado escreve tentando convencer o juiz, que escreve para convencer as partes de que aquele é o melhor caminho. Muita gente utiliza termos eruditos como forma de mostrar maior conhecimento na argumentação”, pondera.

Murad ressalta que o Direito é uma ciência e que as expressões em latim podem vir a simplificar algo. “Alguns termos são tão consagrados que se tornam óbvios para os operadores do Direito”, acrescenta.

Já a professora de linguagem jurídica da FDV, Valdeciliana Andrade, acredita que muitos profissionais ainda colocam o ofício em um pedestal, não enxergando que o advogado, promotor ou juiz são agentes de aproximação ou distanciamento entre a Justiça e a sociedade.

“Conhecer o Direito tem que ser uma faculdade de qualquer cidadão. Historicamente, o discurso jurídico é o da pompa, da ciência, intocável. Isso é um erro, pois o lugar do Direito é onde o povo está”, avalia.

O presidente da Associação dos Magistrados no Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turíbio, explica que o Direito transita entre todas as ciências, o que pode tornar indispensável o uso de termos técnicos.

Segundo Turíbio, o juiz deve priorizar uma linguagem acessível e, em algumas situações, deve traduzir a decisão após proferir a sentença.

Ele conta que, aos poucos, o latim e o tecnicismo têm sido substituídos. Quando são indispensáveis, cabe ao juiz e ao advogado ajudar as partes: “Tenho o costume de perguntar ao réu se entendeu a sentença. O advogado também está ali para esclarecer os termos mais difíceis”.

AMB incentiva simplificação

Em 2004, a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) criou a Campanha Nacional pela Simplificação da Linguagem Jurídica. O projeto veio em resposta a uma pesquisa encomendada ao Ibope, que revelou a dificuldade do brasileiro em entender a linguagem dos magistrados.

Segundo o presidente da AMB, o juiz Jayme de Oliveira, desde o lançamento da campanha já houve um avanço significativo na forma como o Judiciário se comunica com a população. “Hoje as decisões já são mais curtas e simples. Até 1988, antes da abertura democrática, o Judiciário tinha uma feição muito diferente”, aponta.

O magistrado destaca que o Judiciário está cada vez mais presente na vida social do brasileiro, através de medidas como o Código do Consumidor e a transmissão ao vivo de julgamentos, mudanças que aproximam cada vez mais o cidadão da Justiça.

“Acho que avançamos muito de lá para cá. Sempre haverá aquele que ainda insiste nos parágrafos em outras línguas, em latim, mas essa já não é mais a cultura da comunidade jurídica”, frisa.

“Data venia”, é melhor não cometer exageros

“Data venia” é uma expressão muito comum em julgamentos e diálogos jurídicos. Trata-se de um jargão para demonstrar respeito, algo como “com a devida licença”. Mas existe diferença entre uma linguagem técnica apropriada e o uso exagerado do latim e de palavras rebuscadas em decisões do mundo jurídico. É o que avalia a professora de linguagem jurídica da FDV, Valdeciliana Ramos.

“Habeas corpus é um termo jurídico em latim, mas já é comum a pessoa entender esse termo e associá-lo ao seu significado. Já uma expressão como ‘Sine die’, utilizada para expressar que não há data certa para uma sentença, pode ser substituída sem prejuízo por seu equivalente em português”, aponta a professora.

Outro exemplo de termo utilizado para dar coesão ao texto, mas que não tem justificativa técnica, é “ad argumentandum tantum”, que significa literalmente “apenas para argumentar”. “Até falar essa expressão é difícil. Por que usar o latim nesse caso? Quando alguém de fora vê esses termos, se sente impotente para a leitura e, conseqüentemente, impotente para compreender a Justiça”, afirma.

O advogado Yghor Dalvi acredita que o profissional naturaliza os termos difíceis por passar muito tempo imerso no ambiente jurídico. Porém, esquece que o outro lado, a pessoa representada, não tem a mesma vivência.

“O advogado e o defensor público, até mais do que um juiz ou promotor, têm o papel de traduzir o que acontece. É necessário ter sensibilidade para se comunicar com a população”, ressalta.

Formação

O professor ainda chama atenção para a formação do profissional do Direito e lembra que o aprendizado dos termos difíceis e latinismos começa na faculdade. “O contato com profissionais experientes nos estágios e fóruns pode influenciar o vocabulário que o jovem vai adquirir”, pondera.

Estudante do 6º período do curso de Direito, Sirval Júnior concorda com o advogado. Pesquisador da linguagem jurídica, ele conta que há uma tentativa de desconstruir o discurso extremamente formal dentro da faculdade, mas que a prática dos estudantes nos estágios influencia a formação.

“No estágio você lida com o papel, e não com o cidadão pessoalmente. O papel não traz sentimento. O profissional busca dar maior legitimidade ao seu discurso com palavras difíceis e isso pode começar na graduação.”**EMERGENCIAIS**

Apesar de não serem consideradas fraudes, as contratações por dispensa de licitação são apontadas pelo Ministério Público como sinais de alerta. A prática é comum em diversas prefeituras, como na Capital. Em Vitória, a prefeitura fez contratos emergenciais entre 2012 e 2014 com a Vital, empresa que atualmente presta serviço para a municipalidade. Nesse período, foram gastos R\$ 193,9 milhões, todos sem licitação.

OPINIÃO DA GAZETA

◀ Apesar da recessão econômica e do descrédito, há um movimento claro rumo ao corte de privilégios no setor público brasileiro

PELO FIM DOS PRIVILÉGIOS

Em meio a tanto pessimismo com a corrupção e diante dos passos lentos da recuperação econômica, há um movimento claro rumo ao corte de privilégios no setor público brasileiro. Uma das pontas dessa reação é a movimentação jurídica pelo limite do foro privilegiado a políticos, um anseio que pode se materializar a partir das provocações ao Supremo Tribunal Federal, que voltou a tratar do tema esta semana. Políticos alvejados pela Lava Jato contam com esse benefício para enterrar seus processos em gavetas nas lentas Cortes superiores.

O fato de os três últimos governadores do Rio de Janeiro estarem atrás das grades também demonstra que o poder político não está acima da Justiça. É um divisor de águas que caminha para mudar o padrão patri-

monialista de sequestro do patrimônio público. Outra vertente que combate privilégios se alicerça na reforma da Previdência, tentativa de reduzir os benefícios de influentes castas do

setor público. O próprio Congresso discute projetos de lei que enquadram os supersalários dentro do teto constitucional de R\$ 33,7 mil. Enfim, trata-se de boas notícias num país empenhado em diminuir desigualdades, sejam elas de classe, de poder político ou de força econômica.

Há outros desafios a vencer. A partir do controvertido caso do senador Aécio Neves, o Supremo Tribunal Federal (STF) abriu porteira para que casas legislativas revoguem a prisão e medidas cautelares contra parlamentares. Foi o precedente providencial para deputados estaduais do Rio de Janeiro tirarem do presídio, de imediato, três colegas acusados de crimes pesados. Diante da péssima repercussão, o plenário do STF será obrigado a decidir se essa brecha vale só para membros do Congresso ou se a estende a deputados estaduais e vereadores. A provocação vem da Procuradoria-Geral da República, que contesta essa confusão político-jurídica e cobra da Corte o fim de uma anomalia que significa impunidade.

112**milhões de reais**

É a propina recebida em cinco anos pelos deputados do Rio Jorge Picciani e Paulo Melo, diz o MPF.

Pelo fim dos privilégios

Apesar da recessão econômica e do descrédito, há um movimento claro rumo ao corte de privilégios no setor público brasileiro

Em meio a tanto pessimismo com a corrupção e diante dos passos lentos da recuperação econômica, há um movimento claro rumo ao corte de privilégios no setor público brasileiro. Uma das pontas dessa reação é a movimentação jurídica pelo limite do foro privilegiado a políticos, um anseio que pode se materializar a partir das provocações ao Supremo Tribunal Federal, que voltou a tratar do tema esta semana. Políticos alvejados pela Lava Jato contam com esse benefício para enterrar seus processos em gavetas nas lentas Cortes superiores.

O fato de os três últimos governadores do Rio de Janeiro estarem atrás das grades também demonstra que o poder político não está acima da Justiça. É um divisor de águas que caminha para mudar o padrão patrimonialista de sequestro do patrimônio público. Outra vertente que combate privilégios se alicerça na reforma da Previdência, tentativa de reduzir os benefícios de influentes castas do setor público. O próprio Congresso discute projetos de lei que enquadram os supersalários dentro do teto constitucional de R\$ 33,7 mil. Enfim, trata-se de boas notícias num país empenhado em diminuir desigualdades, sejam elas de classe, de poder político ou de força econômica.

Há outros desafios a vencer. A partir do controvertido caso do senador Aécio Neves, o Supremo Tribunal Federal (STF) abriu porteira para que casas legislativas revoguem a prisão e medidas cautelares contra parlamentares. Foi o precedente providencial para deputados estaduais do Rio de Janeiro tirarem do presídio, de imediato, três colegas acusados de crimes pesados. Diante da péssima repercussão, o plenário do STF será obrigado a decidir se essa brecha vale só para membros do Congresso ou se se estende a deputados estaduais e vereadores. A provocação vem da Procuradoria Geral da República, que contesta essa confusão político-jurídica e cobra da Corte o fim de uma anomalia que significa impunidade.

UFES EXIGE FOTOS PARA COMPROVAR COTA RACIAL

Estudantes também farão entrevista antes da matrícula

MAÍRA MENDONÇA
mmendonca@redgazeta.com.br

Candidatos que se declaram pretos, pardos ou índios (PPI) para ingressar na Ufes em 2018 só poderão se matricular após a aprovação da Comissão de Validação de Autodeclaração Étnico-Racial. Diferentemente do processo deste ano – em que a verificação foi feita no dia da matrícula e o resultado foi divulgado depois – agora, os futuros cotistas terão que apresentar uma foto e o documento de autodeclaração assinado antes da pré-matrícula. Para militantes do movimento negro, a maior rigidez ajudará a evitar fraudes.

As mudanças foram anunciadas pelo edital de vagas para 2018, divulgado ontem. Do total de 4.960 vagas abertas, 1.240 (o equivalente a 25%) serão reservadas aos cotistas raciais (saiba mais na página 4).

De acordo com a pró-reitora de Graduação da Ufes, Zenólia Christina Campos Figueiredo, uma nova etapa de verificação também foi criada.

“Este ano, os candidatos entregaram a foto e o formulário de autodeclaração diretamente para a Comissão no momento da matrícula. Agora, eles vão protocolar



MARCELO PREST - 02/11/2017

Novidade

A estudante Alana vai tentar entrar como cotista no curso de Enfermagem. Ela vai passar pela mudança.

“Preparei-me o ano inteiro e pretendo estudar na Ufes. Vou tentar entrar como cotista no curso”

ALANA SANTOS
ESTUDANTE

tardia do resultado, alunos que tiveram ao direito às cotas indeferido conseguiram manter a vaga judicialmente, alegando um direito adquirido. “Os desligamentos no pós-matrícula trouxeram muitos problemas burocráticos”, diz. Segundo o estudante, o Coletivo já se mobiliza para garantir uma cadeira permanente na Comissão de Validação de Autodeclaração Étnico-racial.

As primeiras denúncias de que fraudes estariam ocorrendo no sistema de cotas foram do próprio Coletivo Negrada, que no início do ano passado levou o caso até o Ministério Público Federal do Estado. Contudo, a denúncia foi arquivada por falta de comprovação.

A presidente da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Patrícia Silveira, acompanha as denúncias e também avalia positivamente as alterações trazidas pelo edital.

“Se esse desligamento ocorre depois da matrícula, uma liminar pode fazer com que a pessoa continue estudando. Como a Justiça é lenta, isso pode se estender por anos, o que é um prejuízo para a sociedade. Além disso, as autodeclarações falsas comprometem as políticas afirmativas”, ressalta.

4.960

vagas

Serão abertas ao todo pela Ufes para 2018.

1.240

vagas

São as chances - 25% do total - que serão destinadas a cotistas autodeclarados pretos, pardos ou índios.

essa documentação, que já será avaliada por nós antes de se matricular. Os candidatos sobre os quais tivermos dúvidas serão chamados para uma entrevista presencial e a comissão estará toda junta”, explica.

Zenólia ressalta que os critérios de avaliação estabelecidos pelo edital tomam por base as características físicas dos candidatos e não sua ascendência. As respostas da ficha também serão analisadas.

“Estamos experimentando as possibilidades de critérios complementares para a au-

todeclaração, que é direito do candidato. Não avaliamos como positiva a ideia de o candidato entrar (na Ufes) e depois receber o resultado, pois tivemos que cancelar matrículas. A intenção é não criar mais expectativas no estudante e depois ter que tirar a vaga”, justifica.

MENOS FRAUDES

No entanto, para os integrantes do Coletivo Negrada, que discutem questões raciais dentro da Ufes, antecipar a análise fará com que menos candidatos tentem burlar as regras

para garantir vagas. Há tempo o coletivo já defendia a realização de mudanças no processo.

De acordo com a Ufes, 94 candidatos tiveram o pedido de ingresso negado pela Comissão de Validação de Autodeclaração Étnico-racial este ano por não se encaixarem nos requisitos estabelecidos para a reserva de vagas. Desses, 69 conseguiram permanecer na instituição via recursos e 12 não. Outros 13 não apresentaram defesa.

João Victor dos Santos afirma que com a divulgação

ENTENDA O QUE VAI SER COBRADO

AS ETAPAS DO PROCESSO

1: Documentos

Entrega, via protocolado, de foto 10X15 e da autodeclaração (ficha disponível no edital) impressa e assinada nos campi de Goiabeiras, São Mateus e Alegre. A data de entrega será estipulada após a divulgação do Sisu.

Atenção com a foto!

- Ela deve ser colorida, ter boa qualidade, fundo

branco e sem retoques

- Só serão aceitas fotos tiradas nos últimos 6 meses

- Alterações como barba, mudança de corte de cabelo ou na cor do candidato após a foto exigirão a apresentação de uma nova foto

- A foto deve ser frontal, cabeça centralizada e ter a visão completa da face, que olhará em direção à câmera. Não vale olhar para

os lados ou para baixo.

- A face do candidato deve cobrir 50% da área da foto, sem cortes no topo e no queixo. Orelhas não podem ser cortadas.

- Óculos de grau podem ser usados

- Caso a fotografia não atenda as exigências, o processo de verificação será indeferido.

2: Avaliação

A Comissão de Validação de



A GAZETA antecipou que Ufes mudaria regras

Autodeclarações analisará os documentos.

3: Convocação

Após a análise, caso a banca julgue necessário, os candidatos serão chamados para uma entrevista presencial e individual, que será gravada. O não comparecimento leva ao indeferimento do processo.

Liberação

Quem não for chamado,

já poderá se matricular. Os demais terão que aguardar o resultado da entrevista.

RECURSOS

Prazo

O candidato que for indeferido após entrevista terá 48 horas após a publicação para protocolar recurso na Pró-Reitoria de Graduação (Prograd).

Ufes vai cobrar fotos de candidatos para barrar fraude em cota

Estudantes também farão entrevista antes da matrícula

Candidatos que se declararem pretos, pardos ou índios (PPI) para ingressar na Ufes em 2018 só poderão se matricular após a aprovação da Comissão de Validação de Autodeclaração Étnico-Racial. Diferentemente do processo deste ano – em que a verificação foi feita no dia da matrícula e o resultado foi divulgado depois – agora, os futuros cotistas terão que apresentar uma foto e o documento de autodeclaração assinado antes da pré-matrícula. Para militantes do movimento negro, a maior rigidez ajudará a evitar fraudes.

As mudanças foram anunciadas pelo edital de vagas para 2018, divulgado ontem. Do total de 4.960 vagas abertas, 1.240 (o equivalente a 25%) serão reservadas aos cotistas raciais.

De acordo com a pró-reitora de Graduação da Ufes, Zenólia Christina Campos Figueiredo, uma nova etapa de verificação também foi criada.

“Este ano, os candidatos entregaram a foto e o formulário de autodeclaração diretamente para a Comissão no momento da matrícula. Agora, eles vão protocolar essa documentação, que já será avaliada por nós antes de se matricular. Os candidatos sobre os quais tivermos dúvidas serão chamados para uma entrevista presencial e a comissão estará toda junta”, explica.

Zenólia ressalta que os critérios de avaliação estabelecidos pelo edital tomam por base as características físicas dos candidatos e não sua ascendência. As respostas da ficha também serão analisadas.

“Estamos experimentando as possibilidades de critérios complementares para a autodeclaração, que é direito do candidato. Não avaliamos como positiva a ideia de o candidato entrar (na Ufes) e depois receber o resultados, pois tivemos que cancelar matrículas. A intenção é não criar mais expectativas no estudante e depois ter que tirar a vaga”, justifica.

MENOS FRAUDES

No entanto, para os integrantes do Coletivo Negrada, que discutem questões raciais dentro da Ufes, antecipar a análise fará com que menos candidatos tentem burlar as regras para garantir vagas. Há tempo o coletivo já defendia a realização de mudanças no processo.

De acordo com a Ufes, 94 candidatos tiveram o pedido de ingresso negado pela Comissão de Validação de Autodeclaração Étnico-racial este ano por não se encaixarem nos requisitos estabelecidos para a reserva de vagas. Desses, 69 conseguiram permanecer na instituição via recursos e 12 não. Outros 13 não apresentaram defesa.

João Victor dos Santos afirma que com a divulgação tardia do resultado, alunos que tiveram ao direito às cotas indeferido conseguiram manter a vaga judicialmente, alegando um direito adquirido. “Os desligamentos no pós-matrícula trouxeram muitos problemas burocráticos”, diz. Segundo o estudante, o Coletivo já se mobiliza para garantir uma cadeira permanente na Comissão de Validação de Autodeclaração Étnico-racial.

As primeiras denúncias de que fraudes estariam ocorrendo no sistema de cotas foram do próprio Coletivo Negrada, que no início do ano passado levou o caso até o Ministério Público Federal do Estado. Contudo, a denúncia foi arquivada por falta de comprovação.

A presidente da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Patrícia

Silveira, acompanha as denúncias e também avalia positivamente as alterações trazidas pelo edital.

“Se esse desligamento ocorre depois da matrícula, uma liminar pode fazer com que a pessoa continue estudando. Como a Justiça é lenta, isso pode se estender por anos, o que é um prejuízo para a sociedade. Além disso, as autodeclarações falsas comprometem as políticas afirmativas”, ressalta.

ENTENDA O QUE VAI SER COBRADO

As etapas do processo

1: Documentos

Entrega, via protocolado, de foto 10X15 e da autodeclaração (ficha disponível no edital) impressa e assinada nos campi de Goiabeiras, São Mateus e Alegre. A data de entrega será estipulada após a divulgação do SisU.

Atenção com a foto!

- Ela deve ser colorida, ter boa qualidade, fundo branco e sem retoques
- Só serão aceitas fotos tiradas nos últimos 6 meses
- Alterações como barba, mudança de corte de cabelo ou na cor do candidato após a foto exigirão a apresentação de uma nova foto
- A foto deve ser frontal, cabeça centralizada e ter a visão completa da face, que olhará em direção à câmera. Não vale olhar para os lados ou para baixo.
- A face do candidato deve cobrir 50% da área da foto, sem cortes no topo e no queixo. Orelhas não podem ser cortadas.
- óculos de grau podem ser usados
- Caso a fotografia não atenda as exigências, o processo de verificação será indeferido.

2: Avaliação

A Comissão de Validação de Autodeclarações analisará os documentos.

3: Convocação

Após a análise, caso a banca julgue necessário, os candidatos serão chamados para uma entrevista presencial e individual, que será gravada. O não comparecimento leva ao indeferimento do processo.

Liberação

Quem não for chamado, já poderá se matricular. Os demais terão que aguardar o resultado da entrevista.

Recursos

Prazo

O candidato que for indeferido após entrevista terá 48 horas após a publicação para protocolar recurso na Pró-Reitoria de Graduação (Prograd).

Rigor para venda de armas de brinquedo

Especialistas defendem que sejam exigidos antecedentes criminais e seja registrada foto do comprador para inibir ação de bandidos

Leone Oliveira

Elas têm o formato, a aparência e, em alguns casos, até mesmo o peso semelhante ao de uma arma de fogo. A diferença é que não disparam munição letal por serem armas de brinquedo. Entretanto, tem se tornado comum a apreensão dessas réplicas nas mãos de bandidos que as usam para cometer assaltos.

Por conta desse aumento do número de ocorrências, o titular do Distrito de Polícia de Santo Antônio, delegado Fábio Pedreto, defende regras mais rígidas para a venda de armas de brinquedo, como as de air-

soft (de pressão).

"As normas têm que ser mais rígidas para a aquisição, podendo por exemplo, exigir antecedentes criminais do comprador. Essa medida dificulta o acesso de pessoas mal intencionadas e prestigia àquelas que realmente praticam o esporte", disse o delegado.

Segundo Pedreto, neste ano, apenas na delegacia dele, foram apreendidas cerca de 30 armas que foram utilizadas por bandidos para a prática de roubos e ameaças.

"Esses suspeitos utilizam, primeiro, por ser mais barato. Hoje, você encontra equipamentos como esses por R\$ 200 ou R\$ 300 no mercado formal. Segundo, o porte desse equipamento é atípico. Se for flagrado em atos preparatórios do crime de roubo, ele não vai responder por nada. Diferente da arma de fogo, que se o indivíduo for flagrado, vai responder por porte ilegal", afirmou Pedreto.

De acordo com ele, há um caso de um suspeito que adquiriu cinco

armas de brinquedo, entre elas um fuzil, num intervalo de dois anos, e as usou em pelo menos um roubo.

O major Benício Ferrari, do Corpo de Bombeiros, é praticante do esporte e integrante da Brigada Capixaba de Airsoft — grupo com equipes que têm regras em comum para a prática da modalidade — explicou que para se obter a arma de airsoft a pessoa deve ser maior de 18 anos e o CPF dela deve ser registrado pela loja. "Talvez, nesse registro, incluir a foto do comprador seja uma boa", afirmou.

Além disso, na Brigada só joga quem vai ao local do jogo com a nota fiscal do equipamento.

O sushiman Alisson Souza Santos, 30, pratica o esporte há sete anos e explica que as armas usadas por bandidos são equipamentos mais baratos e simples que os esportistas costumam usar no jogo.

"A punição deveria ser mais dura para quem é flagrado praticando crime com arma de airsoft. O airsoft é movido pela honestidade".



PEDRETO defende regras mais rígidas para venda de armas de brinquedo

Mais de 460 apreensões

A Polícia Militar apreendeu, de janeiro a outubro deste ano, 462 armas de brinquedo, apenas na Grande Vitória. O número de apreensões chama a atenção do comandante do Policiamento Ostensivo Metropolitano (CPOM), coronel Alexandre Ramalho.

"Não tínhamos tanta preocupação com simulacro e agora passamos a contabilizar, porque está crescendo demais", revelou ele.

Segundo o coronel, a maioria dessas armas foi utilizada para cometer assaltos.

"Muitas são utilizadas em roubo a ônibus. O suspeito está com uma arma dessa que é uma réplica da arma de fogo, tanto em coletivo quanto em via pública", explicou.

Em um caso recente, uma arma de brinquedo foi utilizada por Luiz Thiago Mascarenhas de Jesus, de 29 anos, e Sirley de Jesus Nascimento, 33, para render um agente da Guarda Municipal de Vila Velha dentro de um ônibus, em Guarapari, e roubar a arma dele. Depois os suspeitos trocaram tiros com um PM que estava no ônibus e dois



RAMALHO: simulacros em assaltos

trabalhadores foram mortos.

Ramalho se queixa da lei, que diz ser branda para criminosos flagrados com arma de brinquedo.

Ele acredita que poderia haver alguma diferenciação das armas de verdade. "Deveria não imitar tanto a réplica de uma arma de fogo. Uma coloração chamativa amarela ou laranja já ajudaria".

PROCESSOS DE COMPRA

Arma de fogo

> PARA A AQUISIÇÃO de uma arma de fogo de uso permitido no País, um cidadão deve preencher um requerimento e entregá-lo na sede da Polícia Federal.

> ALÉM DO REQUERIMENTO, deve ter no mínimo 25 anos e apresentar declaração escrita da efetiva necessidade, expondo fatos e circunstâncias que justifiquem o pedido.

> TAMBÉM é exigido que tenha bons antecedentes, não estar respondendo a inquérito policial ou criminal e comprovar aptidão psicológica e capacidade de manuseio da arma.

Airsoft

> PARA se ter uma arma de airsoft, a pessoa deve ter, no mínimo, 18 anos, e a loja deve registrar o CPF do comprador.

> SÓ PODE TRANSITAR com o equipamento com a nota fiscal ou certificado internacional de importação, que é fornecido pelo Exército a quem compra a arma do exterior.

> TODA ARMA de airsoft deve ter a ponta pintada de vermelho ou laranja.

Até 8 anos para sentença

Os cúmplices Luiz Thiago Mascarenhas de Jesus, de 29 anos, e Sirley de Jesus Nascimento, 33, acusados de terem usado uma arma de brinquedo para cometer o ataque ao ônibus que causou a morte de dois trabalhadores e deixou quatro feridos, podem ter a sentença definitiva para o caso só daqui a oito anos. Câmeras do coletivo não flagraram o crime.

O advogado criminalista Rivellino Amaral explicou que esse é o tempo para que o processo tenha o trâmite transitado em julgado, ou seja, não tenha mais possibilidade

de recursos dos acusados.

"O processo dura um ano para que se tenha uma condenação em primeiro grau. Até que transite em julgado leva mais ou menos oito anos. É um caminho muito longo até que o processo termine. A análise da necessidade do acusado ficar preso cabe ao juiz", esclareceu.

O criminalista frisou que o uso da arma de brinquedo e da mão por debaixo da camisa caracteriza uso de arma. O juiz Ezequiel Turibio informou que a pena base para o crime de latrocínio cometido pelos suspeitos é de 20 anos.

SIRLEY E LUIZ THIAGO são acusados de usar uma arma de brinquedo para cometer o ataque ao ônibus que causou a morte de dois trabalhadores e deixou quatro feridos



VARGEM ALTA

Justiça afasta secretário do cargo

Dono de posto, ele é suspeito de fraude em licitação de combustíveis na prefeitura

/// BEATRIZ CALIMAN
cachoeiro@redgazeta.com.br

A Justiça determinou o afastamento do secretário de Administração de Vargem Alta, Altair Franco de Moraes. O motivo seria a participação dele em uma suposta fraude em licitação para compra de combustíveis da prefeitura. O caso aconteceu em 2011. O secretário, que era dono do posto vencedor do processo, afirmou que vai recorrer da decisão.

De acordo com a determinação do juiz José Pedro de Souza Netto, o afastamento deve ser cumprido em regime de urgência, por 120 dias. O Ministério Público denunciou irregularidades na aquisição de combustíveis em 2011, fazendo com que somente um posto da cidade, de propriedade do secretário, participasse da licitação.

Procurados pela reportagem, a prefeitura informou que vai cumprir a determinação e aguardar a apuração dos fatos. Já Franco afirmou que não influenciou na elaboração do edital.

Justiça afasta secretário por suspeita de fraude

O secretário de Administração de Vargem Alta, Altair Franco de Moraes, teve o afastamento do cargo determinado pela Justiça. A decisão do juiz José Pedro de Souza Neto, da última quarta, pede o cumprimento em regime de urgência e por 120 dias.

O secretário, segundo denúncia do Ministério Público Estadual (MP-ES), teria participado de suposta fraude em licitação para compra de combustíveis pela prefeitura, em 2011, com o direcionamento da licitação e restrição à competitividade.

Além dele, o prefeito do município à época, Elieser Rabello, também foi denunciado. Segundo a decisão do juiz, Altair, que é dono do posto de combustível favorecido, “foi alvo de escuta telefônica, a qual conversa com terceira pessoa, onde menciona possível conluio com o primeiro requerido (Rabello) para direcionar a licitação”.

A reportagem não conseguiu contato com os acusados.

LEONE IGLESIAS - 19/10/2012



RABELLO foi denunciado

Secretário é afastado por suspeita de fraude em licitação

O MPES denunciou irregularidades na aquisição de combustíveis, fazendo com que somente um posto da cidade, de propriedade do secretário, participasse da licitação

A Justiça determinou o afastamento do secretário de Administração de Vargem Alta, Altair Franco de Moraes. O motivo seria a participação dele em uma suposta fraude em licitação para compra de combustíveis da prefeitura. O caso aconteceu em 2011. O secretário, que era dono do posto vencedor do processo, afirmou que vai recorrer da decisão.

De acordo com a determinação do juiz José Pedro de Souza Neto, o afastamento deve ser cumprido em regime de urgência, pelo período de 120 dias. O Ministério Público do Espírito Santo denunciou irregularidades na aquisição de combustíveis em dezembro de 2011, fazendo com que somente um posto da cidade, de propriedade do secretário, participasse da licitação.

Além do secretário, o MPES denuncia também o então prefeito naquela gestão, Elieser Rabello. “O Ministério Público ressalta que o então prefeito tinha pleno conhecimento que a limitação de distância do pregão presencial configurava restrição à competitividade, vez que o Tribunal de Contas já havia apontado e alertado de tal irregularidade”, diz o juiz no processo.

Procurados pela reportagem, a prefeitura informou que vai cumprir a determinação da Justiça e aguardar a apuração dos fatos. Já o secretário, Altair Franco, afirmou que não influenciou na elaboração do edital e que não foi notificado. Assim que isso acontecer, vai recorrer da decisão. Elieser Rabello não foi localizado pela reportagem até a publicação desta matéria.

Polícia prende suspeito de assassinar revendedora de carros

O crime aconteceu no dia 16 de outubro. Lucimar foi encontrada morta no apartamento onde morava

A polícia prendeu o suspeito de assassinar a revendedora de carros Lucimar de Freitas Lemos, de 44 anos. A vítima foi encontrada morta com golpes de arma cortante dentro do apartamento onde morada, em Jardim Limoeiro, na Serra, no dia 16 de outubro de 2017.

De acordo com a Polícia Civil, Samuel Santos Prates, de 19 anos, foi preso temporariamente pelo homicídio no último dia 17, em Jacaraípe, também no município da Serra. O inquérito já foi relatado à Justiça.

O CRIME

Lucimar foi encontrada morta por volta das 11h45 do dia 16 de outubro. De acordo com a Polícia Militar, na ocasião, a perícia no local do crime constatou que a vítima foi assassinada com golpes de arma branca, possivelmente, uma tesoura. Nenhum suspeito do foi localizado na época.

O caso é investigado pela Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM).